



Conselho de Curadores da UFMG

Parecer nº 01/2026

Excelentíssima Senhora Presidente do Conselho de Curadores da Universidade Federal de Minas Gerais Professora Kely Cesar Martins de Paiva

Prezados Membros do Conselho de Curadores da Universidade Federal de Minas Gerais

Assunto: **PRESTAÇÃO DE CONTAS DA REITORA DA UFMG (EXERCÍCIO DE 2025)**

Atendendo à designação feita pela Presidente do Conselho de Curadores, Professora Kely Cesar Martins de Paiva, realizei o exame do Relatório de Auditoria relativo à Prestação de Contas da Magnífica Reitora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Professora Dra. Sandra Regina Goulart Almeida, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

O exame constou de análise das Demonstrações Contábeis que integram a Prestação de Contas, constantes dos autos eletrônicos do Processo SEI nº **23072.274955/2025-10**, bem como do Relatório Técnico nº 04/2026 da Auditoria-Geral (AG/UFMG), acompanhado dos seguintes Apêndices e Anexos: Apêndice A - Composição dos Estoques por Unidade Gestora (4948532); Apêndice B - Informações Complementares da PROPLAN (4948542); Anexo I - Demonstrações Contábeis 2025 (4948549); Anexo II - Notas Explicativas (4948556); Anexo III - Informações Adicionais (4948561); Anexo IV - Orçamento e Legislação Orçamentária (4948570); Anexo V - PRORH (4948579); Anexo VI - Bens Imóveis (4948584); Anexo VII - Bens Móveis (4948590); Anexo VIII - Bens de Consumo (4948593); Anexo IX - Veículos (4948601); Anexo X - Acervo Bibliográfico (4948606).

Os trabalhos realizados estão em conformidade com as normas e os procedimentos de auditoria aplicáveis ao serviço público federal, baseando-se nas Demonstrações Contábeis apuradas, em 31 de dezembro de 2025, juntamente com as notas explicativas e demais documentações fornecidas por diversos setores que compõem a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). O relatório de auditoria evidencia que a UFMG divulga suas informações segmentadas, favorecendo a clareza e a transparência às demonstrações contábeis, o que facilita a análise dos usuários e da sociedade quanto ao desempenho da Instituição e à alocação de seus recursos. Essa prática contribui para o fortalecimento da governança e do cumprimento das obrigações de prestação de contas.

MÉRITO

Este relatório fundamenta-se nas diretrizes da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) e no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), assegurando aderência técnica às normas vigentes. Desde o primeiro contato, e durante a análise dos recursos disponibilizados, foi possível reconhecer que a condução institucional foi pautada diante dos padrões de transparência, assegurando a continuidade administrativa e o aperfeiçoamento dos controles internos. A opção metodológica adotada privilegia uma análise interpretativa das demonstrações contábeis, tendo como suporte o Relatório Contábil e o Relatório de Auditoria, encaminhados como anexos, com foco na leitura substancial dos resultados apresentados.

A estrutura a seguir, foi organizada em quatro eixos principais. Ela reflete a análise interpretativa do patrimônio, da visão macro à especificidade da dinâmica operacional do ano (orçamento e caixa), diante do detalhamento das pessoas envolvidas e dos compromissos financeiros de remuneração, abordando os recursos físicos que caracterizam a Universidade. O primeiro eixo trata do equilíbrio patrimonial, a partir do Balanço Patrimonial e da Demonstração das Variações Patrimoniais, observando a evolução do ativo e do patrimônio líquido, inclusive os efeitos de reavaliações patrimoniais e a mensuração do impacto das atividades públicas sobre o patrimônio institucional.

O segundo eixo aborda a dinâmica operacional — orçamento, liquidez e fluxo de caixa — evidenciando a execução orçamentária, a arrecadação própria, a solvência financeira e a geração líquida de caixa, a relacionando com o resultado patrimonial deficitário. O terceiro eixo concentra-se na gestão de pessoal e contratos, considerando que a folha e encargos sociais representam a maior parcela da execução orçamentária. São examinadas a distribuição do quadro funcional, a movimentação de servidores, a terceirização e a execução contratual, observando a estrutura de pessoal e a capacidade operacional. Por fim, o quarto eixo contempla a gestão de ativos físicos e intelectuais,



validando controles sobre imóveis, bens móveis, bibliotecas e frota, destacando aquisições, doações e desafios sistêmicos, como a migração de sistemas de controle patrimonial.

As considerações finais consolidam os principais indicativos financeiros e patrimoniais do exercício, bem como a consistência das informações divulgadas e a adequação das práticas de gestão. A análise integrada desses eixos foi considerada relevante para emitir opinião quanto à regularidade, transparência e governança na administração dos recursos públicos, ao longo de 2025.

1. EQUILÍBRIO PATRIMONIAL

O exercício de 2025 marca a consolidação da transformação estrutural do Balanço Patrimonial da UFMG após a reavaliação de bens imóveis, em conformidade com a Portaria Conjunta STN/SPU nº 10/2023 e a NBC TSP 07, no exercício de 2024. Do ponto de vista estratégico, este foi um movimento que alinhou a UFMG aos padrões internacionais (IPSAS), oferecendo visão fidedigna do investimento em infraestrutura acadêmica. Ao atualizar o valor de mercado dos ativos, a universidade mitigou a percepção de déficit patrimonial histórico e fortaleceu sua posição de *accountability* perante órgãos de controle e parceiros internacionais.

Ao observar o Balanço Patrimonial, foi possível identificar estabilidade nos bens, aumento justificado nas obrigações de curto prazo e uma melhora na cobertura dos custos. Dos recursos controlados pela UFMG, o Ativo Circulante registra 4,38%, e os bens que favorecem benefícios econômicos no Grupo Imobilizado, 88,16% estão aplicados em Bem Imóveis e 7,38% em Bens Móveis. Em relação a 2024, o Ativo Não Circulante se manteve estável, garantido pelo fluxo regular de depreciação, com destaque ao saneamento contábil pela baixa de licenças de softwares obsoletos, no Grupo Intangível. Referente às obrigações de curto prazo, constantes no Passivo Circulante, percebe-se um aumento no saldo de recursos captados de fora (TEDs) a executar e um aumento nas obrigações tributárias decorrente da adequação normativa da Receita Federal, que transferiu o recolhimento de impostos da folha de dezembro para janeiro.

Quanto ao Patrimônio Líquido (R\$ 5,01 bilhões), destaca-se o Resultado Patrimonial, que apesar de ainda registrar um déficit patrimonial, demonstra um expressivo progresso, por ter sido reduzido à metade (52,53%). Um resultado ainda negativo, mas que passou de R\$ 176,01 milhões em 2024 para R\$ 83,55 milhões em 2025. O saldo da conta “Ajustes de Exercícios Anteriores” passou de R\$ 19 milhões (positivo) em 2024 para -R\$ 11 milhões (negativo) em 2025, tendo como um dos principais fatores o reconhecimento de baixas de bens móveis no montante aproximado de R\$ 14 milhões e ajustes de perdas estimadas referente a créditos de dívida ativa não tributária, no valor de R\$ 3 milhões. Pela leitura desta demonstração, esclarece-se que, no ano de 2025, a UFMG consumiu menos do seu patrimônio líquido para financiar e entregar educação e serviços à sociedade, demonstrando zelo pela busca da eficiência na gestão de seus recursos.

Tabela 1 – Balanço Patrimonial

Contas Patrimoniais – Ativo	2025	2024	Varição Horizontal 2025/2024
Ativo Circulante	255.000.930,53	218.704.603,64	16,60%
Caixa e Equivalentes de Caixa	227.268.373,31	194.185.450,36	17,04%
Créditos à Curto Prazo (CP)	15.493.801,52	13.741.832,22	12,75%
Estoques	11.944.798,33	10.324.484,26	15,69%
VPDs Pagas Antecipadamente	293.957,37	452.836,80	-35,09%
Ativo Não Circulante	5.570.073.912,20	5.569.731.827,38	0,01%
Investimentos	658.960,30	658.960,30	
Imobilizado	5.565.761.888,79	5.568.743.209,82	-0,05%
Bens Móveis	430.117.894,41	438.682.480,89	-1,95%
Bens Móveis	653.377.363,41	642.207.267,52	1,74%
Depreciação/Amortização/Exaustão Acumulada	-223.259.469,00	-203.524.786,63	9,70%
Bens Imóveis	5.135.643.994,38	5.130.060.728,93	0,11%
Bens Imóveis	5.137.035.506,66	5.130.373.170,36	0,13%



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Depreciação/Amortização/Exaustão Acumulada	-1.391.512,28	-312.441,43	345,37%
Intangível	3.653.063,11	329.657,26	1008,14%
Softwares	3.653.063,11	329.657,26	1008,14%
Softwares	3.653.063,11	6.082.271,11	-39,94%
Amortização Acumulada de Softwares	-	-5.752.613,85	-100,00%
Total do Ativo	5.825.074.842,73	5.788.436.431,02	0,63%
Contas Patrimoniais – Passivo	2025	2024	Variação Horizontal 2025/2024
Passivo Circulante	812.410.599,99	680.877.047,31	19,32%
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assist. a Pagar à Curto Prazo	179.302.178,36	132.148.357,73	35,68%
Fornecedores e Contas a Pagar à Curto Prazo	28.667.417,60	31.167.870,28	-8,02%
Demais Obrigações à Curto Prazo	604.441.004,03	517.560.819,30	16,79%
Passivo Não Circulante	-	-	-
Total do Passivo Exigível	812.410.599,99	680.877.047,31	19,32%
Contas Patrimoniais – PL	2025	2024	Variação Horizontal 2025/2024
Patrimônio Líquido	5.012.664.242,74	5.107.559.383,71	-1,86%
Demais Reservas	3.995.060.578,60	3.995.060.578,60	
Resultados Acumulados	1.017.603.664,14	1.112.498.805,11	-8,53%
Resultado do Exercício	-83.557.997,35	-176.017.916,51	-52,53%
Resultados de Exercícios Anteriores	1.112.498.805,11	1.268.519.891,03	-12,30%
Ajuste de Exercícios Anteriores	-11.337.143,62	19.996.830,59	-156,69%
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	5.825.074.842,73	5.788.436.431,02	0,63%

Fonte: Demonstrativos Contábeis 2025 (Anexo I)

Em consonância com as diretrizes do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), ao considerar a estrutura patrimonial da UFMG sob a ótica da dependência de autorização legislativa, segmentando-se nos eixos Financeiro e Permanente, atesta-se a consolidação da riqueza líquida traduzida em um Saldo Patrimonial de R\$ 4,96 bilhões — apurada pela dedução do somatório das obrigações financeiras e permanentes frente à totalidade de bens e direitos (TABELA 2). O segmento Financeiro, que engloba a liquidez imediata e as obrigações operacionais, evidenciou fortalecimento em 2025 pelo crescimento de 17,04% do Ativo Financeiro, contraposto ao aumento de 3,71% do Passivo Financeiro (contas a pagar a curto prazo) e ao avanço de 12,19% no Passivo Permanente.

Tabela 2 - Demonstrativo dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes (em R\$)

Especificação	2025	2024	Variação %
ATIVO (1)	5.825.074.842,73	5.788.436.431,02	0,63%
Ativo Financeiro	227.268.373,31	194.185.450,36	17,04%
Ativo Permanente	5.597.806.469,42	5.594.250.980,66	0,06%
PASSIVO (2)	864.897.471,20	800.371.331,59	8,06%
Passivo Financeiro	403.770.974,18	389.332.494,16	3,71%
Passivo Permanente	461.126.497,02	411.038.837,43	12,19%
Saldo Patrimonial (1-2)	4.960.177.371,53	4.988.065.099,43	-0,56%

Fonte: Demonstrativos Contábeis 2025 (Anexo I)

As contas de compensação evidenciam valores registrados para controle de atos que ainda não produziram impacto patrimonial, mas que podem vir a afetá-lo futuramente, como demonstrado na Tabela 4, com o detalhamento de: instrumentos celebrados com entes federais e convênios não federais ainda pendentes de



recebimento e/ou regularização, valores relativos a créditos de energia elétrica oriundos do sistema de geração interna de energia fotovoltaica, obrigações contratuais derivadas de serviços, fornecimento de bens, aluguéis, além de convênios e instrumentos congêneres. No âmbito dos Atos Potenciais Ativos (R\$ 230,7 milhões), destacam-se recursos vinculados a convênios e Termos de Execução Descentralizada formalizados com entes federais, cujos ingressos ainda não ocorreram integralmente. O registro desses valores permite o acompanhamento sistemático dos créditos a receber e assegura a evidenciação das expectativas de ingresso vinculadas a instrumentos já pactuados.

Quanto aos Atos Potenciais Passivos (R\$ 690,8 milhões), trata-se de compromissos assumidos e formalizados contratualmente, cuja execução financeira ainda está em curso. O volume mais expressivo, refere-se a contratos de serviços e instrumentos celebrados para apoio a projetos institucionais, além de convênios com valores a liberar. A segregação por natureza contratual e a divulgação detalhada dos montantes dispostos nas Notas Explicativas, oferecem base objetiva para avaliação do grau de comprometimento futuro de recursos, contribuindo para a regularidade da gestão. O principal valor do grupo “Obrigações Contratuais” vincula-se à “Fundação de Desenvolvimento de Pesquisa” e é decorrente de contratos em conformidade com a Lei 8.958/941 para apoio a projetos de ensino, pesquisa, extensão e desenvolvimento institucional. Os instrumentos celebrados com esta fundação possuem um saldo a executar no montante de R\$ 381.558.099,35, representando um percentual de 57,70% do total das “Obrigações Contratuais” (Anexo II, p. 23 e 24).

Tabela 3 - Composição dos valores da Execução dos Atos Potenciais Ativos e Passivos (em R\$)

Atos Potenciais Ativos	
Instrumentos celebrados pela UFMG com entes federais e convênios não federais não recebidos integralmente e/ou estão pendentes de regularização	17.639.647,24
Termos de Execução Descentralizada celebrados pela UFMG com órgãos federais ainda não recebidos	212.637.075,18
Créditos de energia elétrica oriundos do sistema de geração interna de energia fotovoltaica	53.520,14
Garantias recebidas por fornecedores em contratos de prestação de serviços	358.352,99
Total dos Atos Potenciais Ativos	230.688.595,55
Atos Potenciais Passivos	
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres (1)	29.522.269,22
Convênios e Instrumentos Congêneres a Liberar	29.522.269,22
Convênios e Instrumentos Congêneres a Repassar	0,00
Obrigações Contratuais a Executar (2)	661.262.531,10
Contrato de Serviços em Execução	658.257.933,31
Contrato de Fornecimento de Bens em Execução	2.972.222,54
Contrato de Aluguéis em Execução	32.375,25
Total dos Atos Potenciais Passivos (1+2)	690.784.800,32

Fonte: Notas Explicativas (Anexo II, p. 23)

Em 2025, as variações que aumentaram o patrimônio somaram R\$ 3,89 bilhões, crescimento de 13,31% em relação a 2024. A principal fonte desses valores foram as transferências recebidas, especialmente do MEC, que representaram mais de 94% do total. Também houve aumento nas receitas próprias de serviços e aluguéis. Por outro lado, as variações que reduziram o patrimônio totalizaram R\$ 3,97 bilhões, alta de 10,09%. A maior parte dessas reduções decorre de despesas com pessoal ativo, aposentados e pensionistas, que juntas representam cerca de 71% do total. O confronto entre aumentos e reduções resultou em um déficit patrimonial de R\$ 83,6 milhões em 2025, valor montante 52,53% inferior ao déficit do ano de 2024. No contexto do setor público, percebe-se o efeito das atividades desenvolvidas sobre o patrimônio da instituição durante o exercício.

¹ Dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio e dá outras providências.



Tabela 4 – Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas (em R\$)

Variações Patrimoniais Aumentativas	Variação%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	62,62%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	4,76%
Transferências e Delegações Recebidas	11,37%
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	68,27%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	-72,70%
Variações Patrimoniais Diminutivas	Variação%
Pessoal e Encargos	16,90%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	10,50%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	2,83%
Transferências e Delegações Concedidas	12,44%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	-17,41%
Tributárias, Financeiras e Outras VPDs	17,11%

Fonte: Demonstrativos Contábeis 2025 (Anexo I)

Referente a análise das variações patrimoniais e as perspectivas de continuidade, percebe-se um cenário de evolução consistente da capacidade de financiamento da Universidade, com crescimento superior ao das variações diminutivas, o que contribuiu diretamente para a redução do déficit patrimonial em relação ao exercício anterior. Referente ao declínio das outras VPA, a variação decorre, principalmente da redução nos valores arrecadados através de Guia de Recolhimento da União – GRU, classificados como Restituições devidas à UFMG, tendo fundamentalmente como origem os saldos residuais dos contratos com as fundações de apoio. A redução de 17,41% na VPD de Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos, reflete a diminuição nas desincorporações registradas no exercício anterior, quando a Universidade realizou reavaliações relevantes de bens imóveis, com ajustes superiores a R\$ 60 milhões.

Tais movimentos demonstram que as medidas contábeis adotadas não apenas asseguram maior aderência às normas e maior transparência na evidenciação dos ativos, mas também contribuem para proteger o patrimônio institucional, evitando superavaliações e garantindo que os demonstrativos reflitam com maior precisão a dinâmica patrimonial da Universidade. Ao considerar a previsibilidade no ingresso de recursos, sobretudo das transferências governamentais, constata-se expansão das receitas próprias, especialmente na exploração de bens e serviços, o que registra dinamismo na geração de ingressos complementares. Ademais, soma-se o aumento nos ganhos patrimoniais decorrentes de ajustes e regularizações contábeis, que impactaram positivamente o patrimônio, além da manutenção de rendimentos financeiros sobre aplicações, evidenciando gestão ativa dos recursos disponíveis. Em conjunto, esses fatores indicam fortalecimento estrutural e maior capacidade de absorção das pressões sobre as despesas.

2. DINÂMICA OPERACIONAL

Em 2025, a Universidade iniciou o exercício com uma dotação orçamentária de R\$ 2,78 bilhões. No decorrer do ano, foram incorporadas suplementações no montante de R\$ 363,7 milhões e realizados remanejamentos líquidos de R\$ 8,3 milhões, o que conduziu a uma dotação atualizada de R\$ 3,13 bilhões. A execução alcançou 99,13% desse total, evidenciando elevada aderência entre o orçamento autorizado e a despesa efetivamente empenhada. A chamada “linha do tempo orçamentária” — Orçamento Inicial → (+) Suplementações → (-) Cancelamentos/Remanejamentos → Orçamento Atualizado → % Executado — demonstra a dinâmica de ajustes realizados ao longo do exercício, pela capacidade de adequação às demandas supervenientes, controle consistente da execução e condições técnicas para absorver variações futuras garantindo previsibilidade e estabilidade.



Quadro 1 – Linha do Tempo do Balanço Orçamentário – Exercício 2025

1 Orçamento Inicial (LOA 2025) R\$ 2.779.210.462,00 ↑ (+ Suplementações) R\$ 363.708.049,00 ↓ (- Cancelamentos e Remanejamentos líquidos) R\$ 8.267.127,00
✓ Orçamento Atualizado R\$ 3.134.651.384,00
🔍 Execução Orçamentária Despesas Empenhadas: R\$ 3.107.257.850,94 Percentual de Execução: 99,13% da dotação atualizada

Fonte: Demonstrativos Contábeis 2025 (Anexo I)

Embora os ingressos financeiros tenham aumentado em 2025, especialmente em razão dos repasses do MEC, é essencial distinguir a natureza desses recursos. O crescimento de 11,25% nos ingressos operacionais decorreu majoritariamente da recomposição da folha de pagamento após os reajustes salariais aprovados no exercício. Trata-se de recursos vinculados, direcionados ao grupo de Pessoal e Encargos, que passou de R\$ 1,42 bilhão em 2024 para R\$ 1,66 bilhão em 2025. Esses valores não ampliaram a capacidade de custeio da instituição, pois possuem destinação específica.

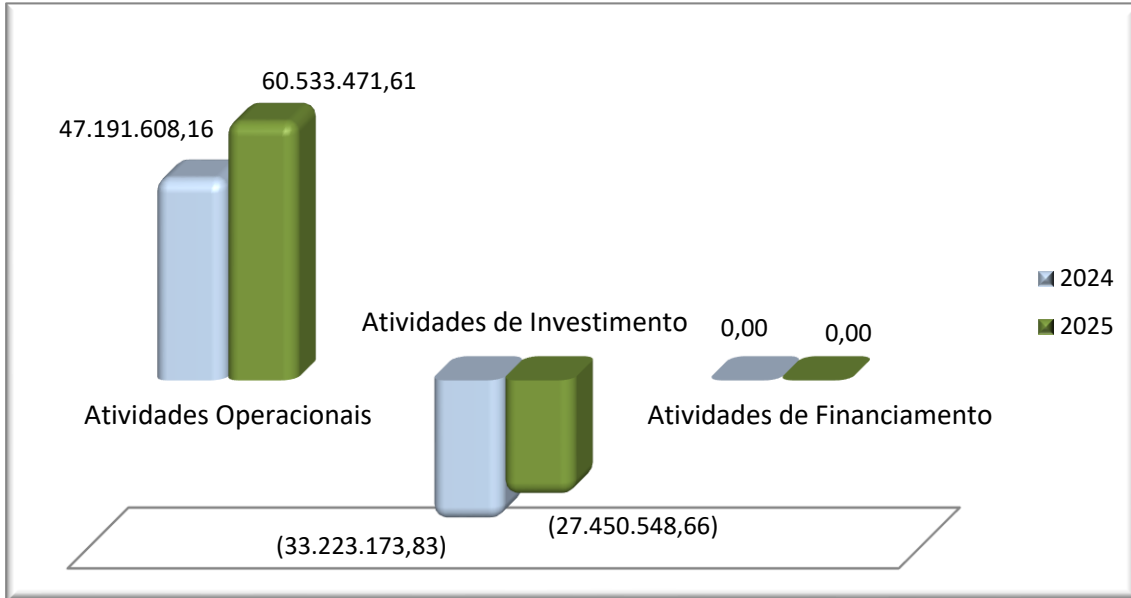
A retração no orçamento discricionário destinado às Outras Despesas Correntes (custeio), com redução aproximada de 9,16%, exigiu remanejamentos para preservar áreas consideradas estratégicas, como a Assistência Estudantil, com crescimento de 20,96%; ainda que isso tenha implicado redução em outras rubricas, como Serviços de Apoio ao Ensino e vigilância. Assim, o aumento global de repasses não significou ampliação da margem operacional, mas sim recomposição de despesas obrigatórias, exigindo decisões de alocação mais seletivas para manter o funcionamento institucional e proteger políticas prioritárias.

Para a análise da Prestação de Contas da Reitora, a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) é especialmente relevante porque permite avaliar a capacidade de a instituição manter suas atividades funcionando regularmente, honrar compromissos assumidos e sustentar investimentos, demonstrando a saúde financeira no curto prazo, e da gestão dos recursos disponível, ao observar a estabilidade operacional da Universidade. Uma atuação que permite avaliar a capacidade de manter aulas, pagar servidores, sustentar bolsas, manter prédios, investir em laboratórios e honrar compromissos já assumidos. Em 2025, o cenário foi positivo: a geração líquida de caixa foi de R\$ 33,08 milhões — crescimento de 136,84% em relação a 2024 — refletindo equilíbrio no fluxo financeiro e estabilidade operacional no curto prazo.

As atividades operacionais geraram superávit de R\$ 60,5 milhões, destacando as entradas de caixa, que cresceram 11,25%, sobretudo devido ao aumento dos repasses do MEC para cobrir reajustes de pessoal e aos TEDs recebidos do FNDE e do FNS. Paralelamente, observou-se avanço nas receitas próprias (+29,11%), resultado de maior dinamismo em serviços acadêmicos, registros e atividades de transferência de conhecimento. As saídas operacionais somaram R\$ 3,64 bilhões, concentradas em pessoal e custeio institucional, preservando a regularidade das obrigações correntes. Nos investimentos, foram aplicados R\$ 27,4 milhões em obras, equipamentos e ativos permanentes — valor menor que o de 2024, quando projetos estruturantes como a modernização de laboratórios de inovação e ações de divulgação científica estavam em fase mais intensa. Assim, a Universidade financiou suas atividades por meio de repasses públicos e instrumentos descentralizados, encerrando o ano com saldo de caixa de R\$ 227,27 milhões, suficiente para sustentar a continuidade das operações e garantir o pagamento dos compromissos inscritos para o exercício seguinte.



Gráfico 1 – Fluxos de Caixa (Valores em R\$)

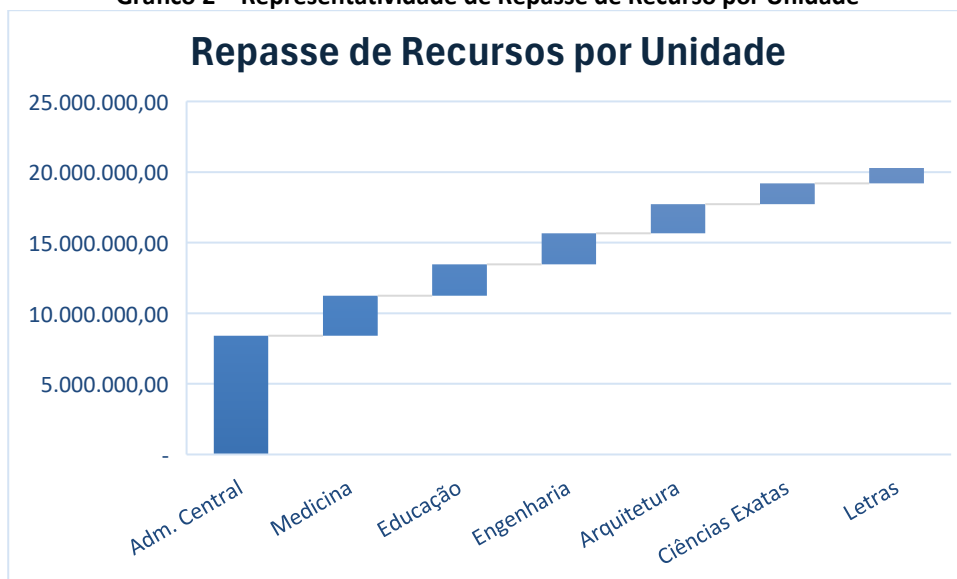


Fonte: Demonstrativos Contábeis 2025 (Anexo I)

Os indicadores de 2025 revelam melhoria na geração de caixa por meio de fontes próprias. O superávit financeiro de recursos próprios alterou de R\$ 449.649,92 em 2024, para R\$ 9.574.762,75 em 2025. A eficiência na arrecadação adicionada ao controle de despesas pela gestão de cancelamentos de Restos a Pagar, que somaram R\$ 52.432,79 no exercício.

A política de ressarcimento pela prestação de serviços acadêmicos, normatizada pela Resolução nº 13/2022 do Conselho Universitário, gerou uma arrecadação bruta de R\$ 24.985.368,03. A capilaridade desse modelo favoreceu a entrada de receitas às unidades, com destaque para a Administração Central, que arrecadou R\$ 8.417.903,93 via taxa de ressarcimento, garantindo fomento transversal à instituição. As unidades com maior destaque na arrecadação bruta, somadas, representam 52,06%; que acrescida a Administração Central efetivam 85,75% da arrecadação.

Gráfico 2 – Representatividade de Repasse de Recurso por Unidade



Fonte: Proplan 2025

O superávit financeiro de Recursos Próprios, decorrente de valores não empenhados em 2025, foi de R\$ 9,57 milhões. O crescimento dos recursos arrecadados demonstra a capacidade da instituição em ser eficiente na prestação de serviços, convênios, pesquisas e aluguéis. A ausência de agilidade no repasse pelas fontes do tesouro,



demandou o pagamento de determinadas despesas em 2026. Registra-se a importância de estabelecer tal pleito junto a ANDIFES e interagir com as estâncias governamentais necessárias, na intenção de obter a aplicação do estabelecido na Emenda Constitucional Nº 95/2016, focada na autonomia financeira. Espera-se que o recebimento do recurso logre medida ágil. Em 2024, o recurso foi liberado apenas no mês de novembro.

A relação temporal entre o volume de despesas já empenhadas e inscritas em Restos a Pagar, que aguardam o depósito físico do dinheiro na conta da Universidade demonstra um déficit financeiro de R\$ 176.502.600,87 - uma diferença entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro (TABELA 3). Este é o valor necessário para fazer frente às despesas empenhadas a pagar, nas fontes de recursos provenientes do tesouro, inscritas em restos a pagar tanto no exercício de 2025 quanto em exercícios anteriores e sem o correspondente recurso financeiro no órgão UFMG. Os repasses para arcar com essas obrigações estão garantidos por registro realizado pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN e serão efetivados em montante. Em contraste a esse cenário de dependência do Tesouro, o Superávit Financeiro de Fonte Própria tem saldo positivo, e comprova a capacidade da Universidade em gerar recursos pelo seu próprio esforço de arrecadação.

Tabela 3 - Demonstrativo do Superávit / Déficit Financeiro (em R\$)

Destinação de Recursos	Superávit/Déficit Financeiro 2025
Recursos Não Vinculados	-122.809.925,42
Recursos Vinculados	- 53.692.675,45
Educação	-1.807.932,55
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-59.890.580,88
Previdência Social (RPPS)	-1.418,34
Dívida Pública	-2.509,66
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	8.009.765,98
Déficit Financeiro – Fonte do Tesouro	-176.502.600,87
(A) Disponível por Destinação de Recursos a Utilizar - 821110000	- 176.502.600,87
(B) RP Autorizado por destaque – Inscrição - 822240901	47.753.714,35
(C) Recursos a Receber de Outros Órgãos - 822240101	210.606.759,57
(D) Restos a Pagar Autorizados - 822140101	- 69.323.396,87
(E) Disponibilidade de Repasse Recebido – Diferido - 894220100	- 2.959.713,43
(F) = (A+B+C+D+E+F) Superávit Financeiro Órgão - Fonte Própria	9.574.762,75

Fonte: Informações Adicionais – Balanço Patrimonial e Orçamentário (Anexo III, p. 3).

3. PESSOAL E CONTRATOS

A gestão de pessoas e contratos na UFMG reflete a natureza essencial de sua prestação de serviços à sociedade, sendo a rubrica de "Pessoal e Encargos Sociais" responsável por absorver 86,48% de toda a despesa empenhada no orçamento da LOA em 2025. Esse peso estrutural explica o fato de 90,40% das despesas realizadas pela Universidade (R\$ 2,95 bilhões) ocorrerem na modalidade de licitação "Não se aplica", uma vez que englobam gastos incompressíveis com a folha de pagamento, benefícios a servidores e assistência estudantil. O restante do orçamento, cerca de 9,6%, foi gerido com eficiência nas modalidades competitivas e diretas, dividindo-se principalmente entre Pregão Eletrônico (4,37%), Dispensa (4,15%) e Inexigibilidade (1,05%).

As despesas com Pessoal e Encargos Sociais alcançaram R\$ 2.709.485.332,00 na dotação atualizada de 2025, após ajustes orçamentários que incluíram remanejamentos e cancelamentos no montante de R\$ 5.643.343,00, adequando a programação financeira à realidade operacional, especialmente diante dos reajustes salariais do período. O quadro funcional manteve-se estável, totalizando 16.261 servidores (+1,41% em relação a 2024), dos quais 6.987 integram o corpo permanente estatutário — sendo 3.096 docentes e 3.891 técnicos-administrativos. Percebe-se que a governança universitária atuou de forma decisiva para a priorização e estabilidade do ensino: houve uma redução de 5,70% nos contratos temporários de professores substitutos (que caíram para 215), contraposta ao aumento de 15,32% nas inclusões de docentes de contrato permanente (128 novos professores). Apesar da estabilidade no número total, a dinâmica demográfica da Universidade foi marcada por uma intensa renovação em 2025. Ocorreram 243 inclusões no quadro (+9,46%), mas as exclusões foram significativamente maiores, somando 517 saídas (+22,51%). O principal fator para essa redução natural do quadro ativo foram as



aposentadorias (144 servidores), seguidas pelas posses em outros cargos inacumuláveis (69 servidores) e falecimentos, o que reforça o papel da Instituição na gestão de uma folha expressiva de 8.232 inativos e pensionistas.

A estrutura de liderança e a modernização das relações de trabalho também avançaram. A UFMG encerrou o ano com 990 servidores nomeados para funções de confiança (+1,64%), garantindo o funcionamento de suas coordenações e diretorias. Ademais, a Universidade não se limitou à gestão quantitativa do efetivo, mas promoveu melhorias na qualidade de vida e na organização do trabalho com a publicação da Portaria nº 1.741/2025, que atualizou as diretrizes do Programa de Gestão e Desempenho (PGD) para os servidores TAEs. Aliada à manutenção das jornadas flexíveis de 20 e 30 horas amparadas em lei e ao rigoroso controle de transparência na gestão de postos terceirizados, a UFMG consolida um ambiente laboral moderno, eficiente e alinhado aos desafios de sua missão acadêmica.

Conforme detalhado nas Notas Explicativas, a Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (FUNDEP) consolida-se simultaneamente como vetor, por ser a maior credora da UFMG, detendo, ao final de 2025, um crédito de R\$ 27.821.715,17, o que representa expressivos 97,05% de todo o saldo de fornecedores e contas a pagar a curto prazo da Universidade. Além das obrigações imediatas, a fundação concentra R\$ 381.558.099,35 em saldo contratual a executar, respondendo por 57,70% dos compromissos futuros amparados pela Lei nº 8.958/94 para o apoio a projetos de ensino, pesquisa e extensão. Tal arranjo institucional mostra-se relevante para a execução de projetos estratégicos, ao mesmo tempo em que requer acompanhamento permanente por parte da Universidade. A concentração de contratos e execuções contribui para que os mecanismos de transparência e controle, assegurem aderência às normas aplicáveis, preservando o equilíbrio institucional diante das diretrizes dos órgãos de controle.

4. GESTÃO DE ATIVOS

Os bens imóveis, em grande parte, reavaliados em 2024, contribuíram para a clareza das informações, sendo esta uma conduta que demonstrou assertiva conformidade. O fato de o lançamento de depreciação ser controlado pelo sistema SICPAT, que demanda adaptações para atendimento à NBCASP, bem como o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). A correspondência a tal estrutura é exemplificada em um fato que demandou uma solicitação de ajustes, por ocorrer um registro contábil em 29/01/2025, retroativo ao mês de dezembro de 2024, às 23:05; posterior a data de encerramento que foi novamente encerrado no dia 30/01/2025 e impactou as demonstrações contábeis publicadas pela UFMG, relativas ao exercício de 2024.

Reconhecido o criterioso trabalho realizado na reavaliação de ativos, e até mesmo o protagonismo em tal medida pela adequação ao MCASP, observa-se que ainda existe uma demanda de continuidade para os bens adquiridos ao ano de 2009, que permanecem com valores históricos. Como declarado pelo Contador Elizio Marcos dos Reis, no Relatório Contábil do Exercício de 2025, a Universidade iniciou as ações para a reavaliação dos bens móveis com expectativa de registros contábeis no exercício de 2026.

A integração entre as informações públicas proporcionou uma oportunidade de reconhecimento da diferença dos valores envolvidos na permuta entre os imóveis da Prefeitura de Belo Horizonte e da Universidade Federal de Minas Gerais, com ganho de valor em R\$ 915.459,31. Tal diferença não foi reconhecida no Balanço Patrimonial de 31/12/2025 e está prevista o devido ajuste no exercício subsequente. A Universidade avançou na modernização de sua estrutura, destacando-se a incorporação de 9 novos veículos à sua frota (oito adquiridos e um doado), mitigando o impacto do consumo de combustíveis com veículos antigos.

Na busca pela melhoria contínua, recomenda-se atenção ao declarado no Anexo VII, quanto à baixa e ao descarte de objetos constantes nos relatórios de materiais apontados como quebrados, transferidos para outras unidades, retirados ou alterados no relatório, para favorecer o controle pelos responsáveis da guarda; apesar da ciência dos processos contábeis necessários para tal reconhecimento, diante da tratativa de um bem público.

A gestão de ativos intangíveis em 2025 (NBC TSP 08) demonstrou um qualificado rigor técnico. O processo não se limitou ao registro, mas incluiu o teste de redução ao valor recuperável (impairment). Pela adoção efetiva do Departamento de Contabilidade e Finanças, foi realizada a reclassificação técnica de 3.532 itens de software foram reclassificados como "Vida Útil Indefinida", totalizando um valor contábil de R\$ 3.653.063,11. A medida de saneamento de Ativos merece reconhecimento pela realização das baixas por desreconhecimento de 502 licenças obsoletas (montante de R\$ 2.485.288,00), garantindo que o balanço reflita apenas ativos com potencial de geração de benefícios futuros. Destaca-se também a boa prática, já declarada nos relatórios, da adoção de uma nova política que substituirá a amortização periódica pela aplicação anual do teste de redução ao valor recuperável (Impairment), a partir de 2026.



Referente ao Patrimônio Intelectual e Cultural, e conhecida a adesão opcional das Normas Contábeis aplicadas a Área Pública, neste quesito, destaca-se os desafios da área contábil, por ser uma Ciência Social Aplicada. Em particular, referente às 1.500 patentes registradas, o limite se dá pela análise da representação fidedigna das operações da entidade. Conhecida as limitações da classificação, e ciente do prestígio da equipe técnica desta Universidade, recomenda-se que seminários formativos sejam realizados com as linhas de pesquisa e extensão, para compreender quais os critérios de reconhecimento contábil que poderiam favorecer a representação do principal ativo estratégico da instituição para futuras parcerias de transferência tecnológica. E, referente ao Patrimônio Cultural, observa-se os avanços da catalogação dos itens possíveis, diante da criação da Pró-Reitoria de Cultura.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da análise dos documentos apresentados, além da assistência ofertada pela equipe da Secretaria dos Conselhos, da Auditoria Geral, Departamento de Contabilidade e Finanças (DCF), e da Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento (PROPLAN) foi possível desenvolver a análise e construir uma rede de evidências que contribuem para a emissão do parecer. Nestas considerações, buscou-se compilar as informações que caracterizam o momento institucional da UFMG em 2025.

A Universidade registrou um déficit patrimonial de R\$ 83.557.997,35, um valor inferior (queda de 52,53%) ao déficit de 2024 (R\$ 176.017.916,51 ajustado). As variações patrimoniais diminutivas cresceram 10,09%, impulsionadas fundamentalmente por aumentos nas despesas com Pessoal e Encargos (+16,90%) em virtude de reajustes salariais, e Benefícios Previdenciários e Assistenciais (+10,50%). Já as variações patrimoniais aumentativas cresceram 13,31%, destacando-se os recursos da Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos (+62,62%) e a Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos (+68,27%).

No que tange à gestão patrimonial, foi iniciada a reavaliação da permuta de terrenos com a Prefeitura de Belo Horizonte, que gera um ganho de valor patrimonial em R\$ 915.459,31 (a ser reconhecido no balanço de 2026). Destaca-se uma importante medida de saneamento da conta de ativos intangíveis (softwares), com a baixa de licenças obsoletas e reclassificação das remanescentes para vida útil indefinida, revertendo amortizações acumuladas.

Os créditos orçamentários da UFMG foram compostos por recursos da Lei Orçamentária Anual (LOA) e descentralizações externas. No Balanço Orçamentário, a arrecadação de receitas próprias registrou valor 29,79% superior à previsão inicial, o que representa crescimento de 29,11% em relação a 2024. A execução da despesa (LOA) foi equivalente a 99,13% da dotação atualizada. Considerando as descentralizações externas, o orçamento total empenhado foi de R\$ 3.270.897.885,14. A via de financiamento por descentralização externa consolidou-se em 2025, totalizando R\$ 163.640.034,20 em recursos recebidos. A execução bem-sucedida desses montantes reafirma a capacidade administrativa da UFMG em gerir orçamentos complexos provenientes de diversos ministérios e órgãos federais.

Referente ao caixa da Instituição, ele foi positivo em R\$ 33 milhões (+136,84%), uma vez que em 2024 aproximava de R\$ 14 milhões. Esse reflexo positivo deve-se ao aumento substancial nas receitas próprias (serviços) e maiores repasses do MEC e de TEDs originados do FNDE e do Fundo Nacional de Saúde (FNS). Portanto, após considerar os pagamentos já assumidos e os recursos ainda pendentes de ingresso, o caixa realmente disponível para novas decisões gira em torno de R\$ 9,57 milhões. Contudo, a instituição aguarda o repasse do Tesouro – diante da premissa de autonomia financeira prevista na EC 95/2016. Assim, foi necessário postergar pagamentos para 2026, quando se espera receber o recurso.

Manifesto a honra em representar a sociedade, como Curadora indicada pelo Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais, e contemplar o encerramento de um ciclo de gestão na Reitoria, caracterizado pelo zelo em convidar para o ambiente decisório, e promover contínua interação, o Departamento de Contabilidade e Finanças, bem como zelar pela conduta ética, demonstrando respeito pela atuação da Auditoria Geral.

Na oportunidade, reconhecendo a complexidade da gestão no ambiente universitário, ao contemplar o vasto material, com reconhecida qualidade técnica, e perceber as potencialidades da comunidade acadêmica, destaca-se algumas expectativas de continuidade das ações a serem refletidas nas Demonstrações de 2026, pela: diversificação da matriz de financiamento pela captação de TEDs oriundos de fontes não-MEC (Saúde, Ciência e Tecnologia); expansão da Resolução 13/2022 do Conselho Universitário diante dos serviços especializados, visando elevar o superávit financeiro para investimentos em infraestrutura crítica; manter o zelo patrimonial pela aplicação



anual sistemática de testes de impairment para ativos imobilizados e intangíveis avançando na discussão técnica e no suporte tecnológico necessário.

VOTO

Diante do exposto, manifesto-me favorável à aprovação das contas da Magnífica Reitora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Professora Dra. Sandra Regina Goulart Almeida, relativas ao exercício de 2025, ressaltando-se eventuais considerações adicionais deste Egrégio Conselho de Curadores da UFMG.

Belo Horizonte, 2 de março de 2026.

Documento assinado digitalmente



JOSMARIA LIMA RIBEIRO DE OLIVEIRA

Data: 04/03/2026 14:26:37-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Josmária Lima Ribeiro de Oliveira - Relatora

CPF: 039.882.266-29

Contadora - CRC-MG 080598/O

Professora Kely Cesar Martins de Paiva
CPF: 851.492.176-20

Professora Maria Isabel Antunes Rocha
CPF: 245.569.476-34

Professor Eduardo Valadares da Silva
CPF: 055.417.957-10

Professor Fernão Castro Braga
CPF: 564.705.096-49

Professora Carla Ribeiro Volpini Silva
CPF: 040.795.866-55

TAE Maria Terezinha Rodrigues Barbosa
CPF: 872.007.596-00

Professor Patterson Patrício de Souza
CPF: 033.642.156-77

O presente Parecer foi aprovado por unanimidade pelo Conselho de Curadores em 3 de março de 2026.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

DESPACHO

Processo nº 23072.212422/2026-25

Aprovação do Parecer nº 01/2026 do Conselho de Curadores da Universidade Federal de Minas Gerais, relativo à Prestação de Contas da Reitora (Exercício 2025) (Processo SEI nº 23072.200182/2026-16).

O supracitado Parecer foi aprovado, por unanimidade de votos dos Conselheiros, na reunião do Colegiado realizada em 3 de março de 2026.



Documento assinado eletronicamente por **Kely Cesar Martins de Paiva, Diretor(a) de unidade**, em 04/03/2026, às 16:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Valadares da Silva, Diretor(a) de unidade**, em 04/03/2026, às 16:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fernão Castro Braga, Professor do Magistério Superior**, em 04/03/2026, às 16:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Isabel Antunes Rocha, Servidor(a)**, em 04/03/2026, às 17:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Josmária Lima Ribeiro de Oliveira, Usuária Externa**, em 04/03/2026, às 23:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Terezinha Rodrigues Barbosa, Contadora**, em 05/03/2026, às 07:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Patterson Patricio de Souza, Usuário Externo**, em 05/03/2026, às 14:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carla Ribeiro Volpini Silva, Chefe de departamento**, em 06/03/2026, às 08:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4999311** e o código CRC **A0B8317F**.